

Periferias contemporâneas

Territórios populares nas franjas da Zona Norte paulistana

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se dá no bojo de uma investigação que procura pesquisar as dinâmicas atuais dos territórios populares do Centro e das periferias paulistanas. Desde os anos 1970, o tema da desigualdade socioterritorial nas cidades brasileiras foi objeto de reflexões em diversas pesquisas, geralmente sob a perspectiva das “favelas” e “periferias”, léxico utilizado para ações e políticas no campo do urbano, articuladas em torno dos temas da “inclusão socioterritorial”.

Embora seja possível encontrar permanências destes temas, pesquisas mais recentes estão em campo com o objetivo de investigar a heterogeneidade dos assentamentos periféricos consolidados, se e como ocorrem os processos de expansão territorial mais recentes, se há novos processos de configuração de territórios populares nas franjas urbanas, bem como incluir recortes importantes ausentes na construção deste modelo – como raça, gênero, origem e violência.

A escolha do território base para o desenvolvimento de uma pesquisa exploratória sobre a configuração contemporânea de territórios populares periféricos como sendo a Zona Norte metropolitana se deu por uma dupla entrada. Diversas incursões etnográficas em territórios da franja urbana paulistana na Zona Sul, Leste e Norte delinearam a região do entorno da Zona Norte como um território popular em transformação, com diferentes dinâmicas territoriais e conflitos fundiários mobilizados por ameaças e remoções das populações de assentamentos precários (ROLNIK et al., 2017).

Paralelamente, pesquisas que buscaram compreender a conexão do capital financeiro com o imobiliário na metrópole identificaram a constituição de uma nova frente de expansão territorial deste capital, sobre as franjas urbanas. Isto se deu através do mapeamento em escala metropolitana dos ativos de empresas internacionais e fundos de investimento imobiliário de logística. Foi possível verificar a existência de muitos imóveis com uso de logística ou a tipologia dos galpões built-to-suit, ou “construção sob medida”, nas proximidades do Rodoanel, especialmente nos cruzamentos com outras rodovias que atravessam a cidade de São Paulo. Por meio de aproximações fotográficas, foi possível identificar a sincronização das obras de construção do anel viário, por meio de parceria público-privada, e a construção dos galpões, algumas vezes inclusive sobre as áreas

desmatadas para a instalação dos canteiros de construção da infraestrutura (SANTORO, ROLNIK, 2017; MARTIN et al., 2018; PEREIRA, MENDONÇA, 2017).

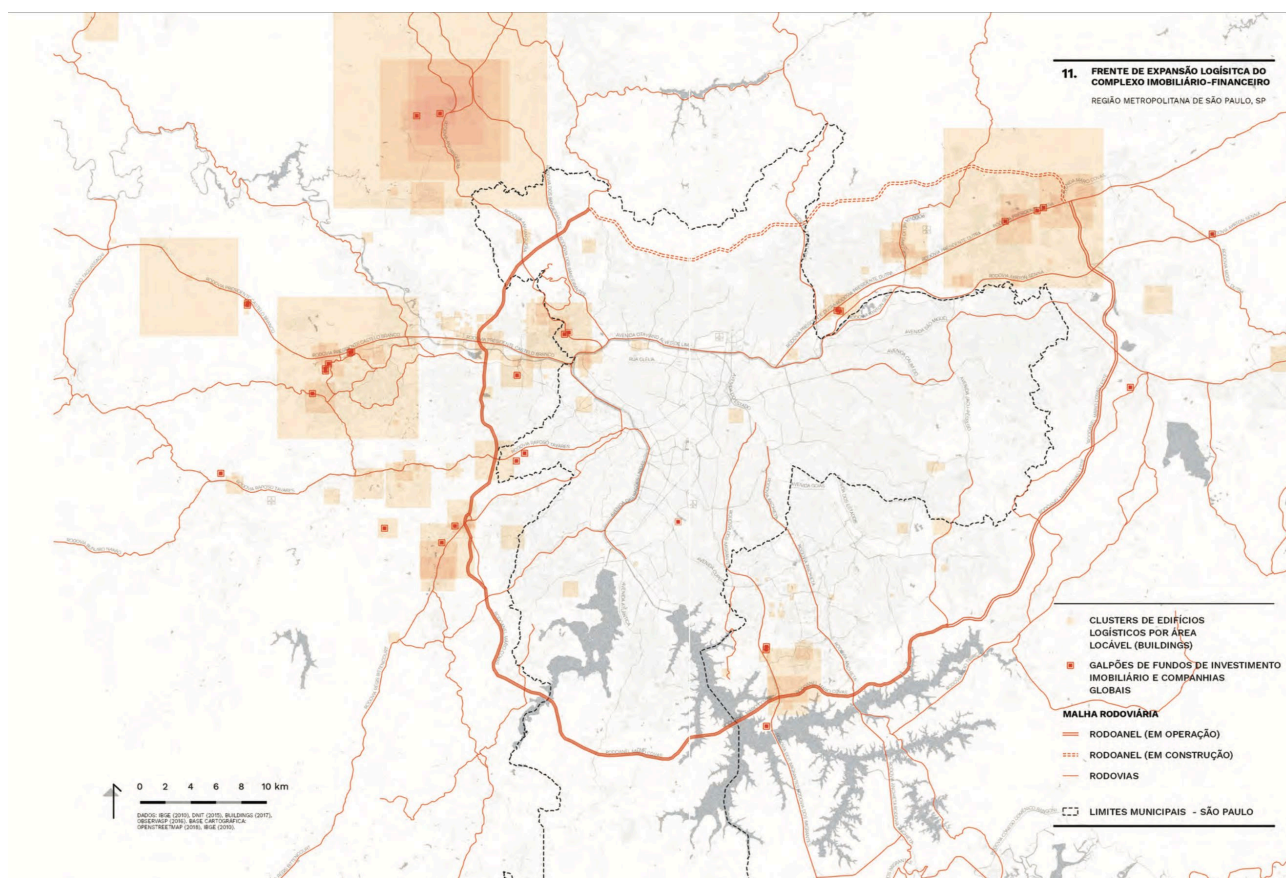


Fig-1 – Mapa da frente de expansão logística do complexo imobiliário-financeiro na região metropolitana de São Paulo. Fonte: observaSP, 2018, p.186.

O poder público estadual foi um facilitador da entrada deste capital, uma vez que concebeu e viabilizou a construção do anel rodoviário metropolitano. Ao mesmo tempo, promoveu inúmeros processos de desapropriação, remoção, e desmatamento, visando liberar o solo para a passagem do anel viário, reestruturando territórios historicamente em conflito urbano-ambiental. Áreas de Proteção Ambiental e grilagem de terras já eram elementos constitutivos deste território antes de sua transformação pelo Rodoanel, que veio acirrar as disputas pelo território.

Sua implantação se deu em um largo processo de remoção de famílias que habitavam as bordas urbanas à Norte de São Paulo. O Rodoanel Norte, portanto, apresenta-se não apenas como um novo dispositivo da disputa pelas terras na franja urbana, mas um vetor de processos de produção da cidade populares e precários, ao mesmo tempo que de capitais de agentes imobiliário-financeiros globais.

A partir de incursões etnográficas realizadas em ocupações de moradia instaladas no entorno das obras do Rodoanel Norte, particularmente na área de entroncamento com a Rodovia Fernão Dias, o artigo apresenta algumas reflexões iniciais sobre os processos

contemporâneos que incidem sobre os territórios populares na região metropolitana de São Paulo.

Expansão urbana a nordeste da metrópole

A ocupação da zona norte de São Paulo está relacionada a inauguração do tramway , em 1915, um importante impulsionador das ocupações de terras entre os municípios de São Paulo e Guarulhos. Construído para transportar os materiais necessários para a implantação do ramal de abastecimento de água na Serra da Cantareira, a linha férrea funcionou como um indutor de expansão urbana, especialmente ao redor de suas paradas, nas quais formaram-se núcleos de serviços, comerciais e residenciais (SILVA, 2004). Os bairros Jaçanã e Parada Inglesa são exemplos de ocupações originadas a partir destes núcleos férreos.

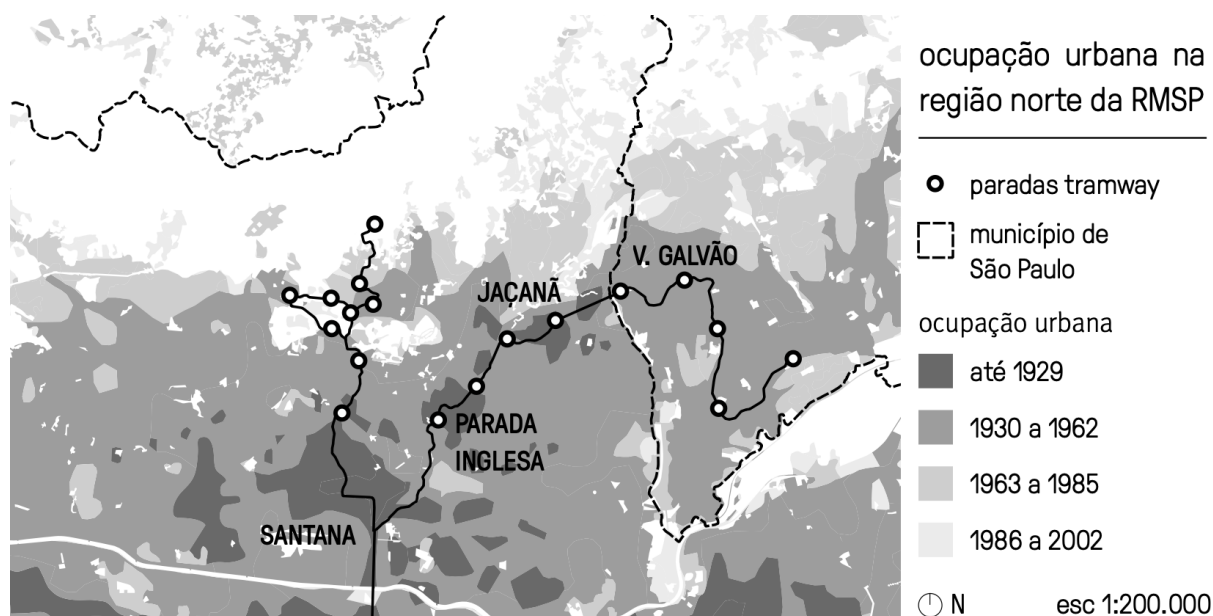


Fig. 2 - Mapa da ocupação urbana na região norte da RMSP. Elaboração: autoras.

Um pouco mais ao Norte desta região, a área que atualmente constitui a subprefeitura de Jaçanã-Tremembé manteve características rurais até o início do século XX, concentrando atividades agrícolas e pecuárias, além de atividades de recreio, que dividiam espaço com instituições hospitalares, como asilos e um leprosário, beneficiadas pelo clima da região, aos pés da Serra da Cantareira (MARTINS, 2016).

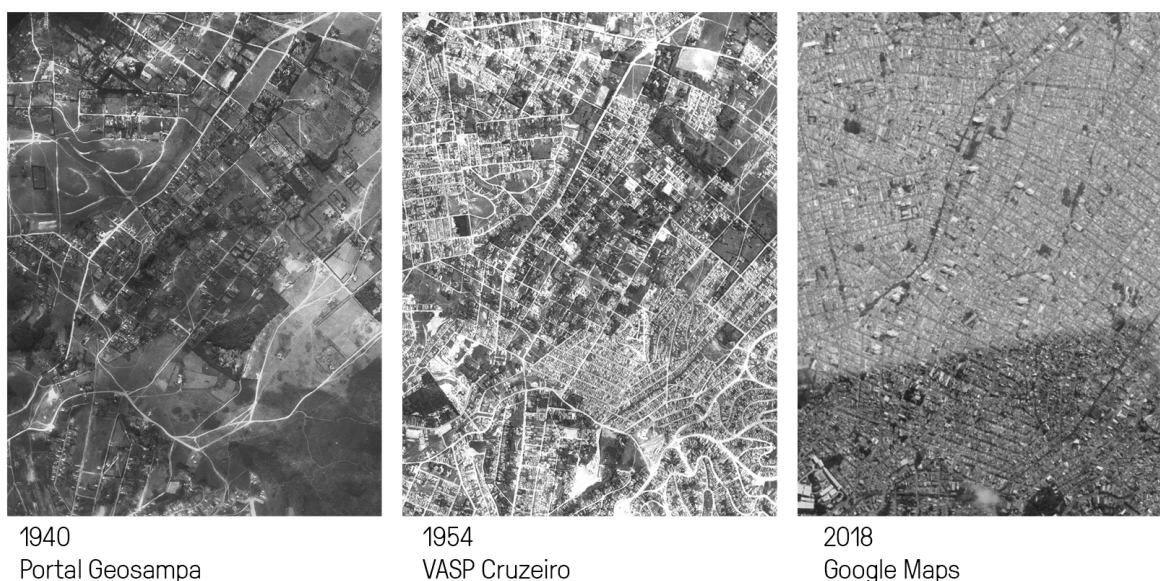


Fig. 3 - Expansão urbana no distrito de Vila Medeiros. Elaboração: autoras.

Apenas em meados da década de 1940, fazendas mais ao sul da região e ao longo do córrego Tremembé começaram a dar origem a novos loteamentos, que posteriormente se consolidaram como os bairros Vila Irmãos Arnoni, Vila Rosas e Palmas Tremembé. Mais ao norte, a região mantinha uma ocupação predominantemente formada por loteamentos desconectados em meio a vazios urbanos. Segundo Martins (2016), a estrutura urbana surgia com aspectos variados, alguns em malhas xadrez, outros em forma sinuosas obedecendo rigorosamente ao relevo, criando uma variedade de arruamentos pouco integrados.

Em 1961 a Rodovia Fernão Dias, que faz a ligação entre duas importantes capitais, São Paulo e Belo Horizonte, entrou em funcionamento¹ e se tornou um importante ordenador do espaço urbano da região nordeste da capital. Apesar do limite entre os Municípios de Guarulhos e São Paulo ser definido pelo Córrego do Cabuçu de Cima, na prática, a Rodovia Fernão Dias passou a configurar a principal barreira física entre os dois municípios.

Também na década de 1960 é oficializada a criação do Parque da Cantareira, em 1962, criando uma Unidade de Conservação de Proteção Integral que abrange áreas dos municípios de São Paulo, Guarulhos, Mairiporã e Caieiras. Em São Paulo, o Parque situa-se nas bordas dos distritos do Tremembé e Mandaqui. Poucos anos depois, em 1968, é criado o Parque Estadual Alberto Lofgren, conhecido como Horto Florestal, localizado no bairro de mesmo nome. O Parque funciona como uma importante barreira física e simbólica que divide a zona norte a leste e oeste do Horto Florestal.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, com o aumento de fluxos migratórios nacionais em direção à São Paulo, intensificaram-se as demandas por moradias a baixo custo e os vazios urbanos passaram a ser ocupados, consolidando o modelo periférico de expansão urbana na capital paulista (KOWARICK, 1979; BONDUKI & ROLNIK, 1979).

¹ A Rodovia foi oficialmente inaugurada em 1959, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, com as obras ainda inacabadas. Apenas em 1961 o trecho paulista foi finalizado e a obra concluída.

O processo de ocupação de bairros urbanos periféricos é intensificado pelo cenário de recessão econômica e aumento do desemprego que marcou as décadas de 1980 e 1990 no Brasil. É nesse período que as pequenas chácaras de recreio, características do extremo norte da subprefeitura Jaçanã-Tremembé, começaram a ser loteadas e as bordas da Serra da Cantareira começam a sofrer pressão para ocupação urbana. Crescem os focos de desmatamentos, dando origem à novos loteamentos e favelas nas áreas ao pé da Serra da Cantareira (MARICATO, 1996).

Vila Nova Galvão, Jardim Maria Cândida, Jardim Joana D'Arc, Jardim Martins Silva, Campo Limpo e Jardim Corisco são alguns exemplos de núcleos urbanos que surgiram no período, bem como a construção do conjunto habitacional Jova Rural, produzido pelo poder público em parte de área desapropriada da Santa Casa de Misericórdia. O desmembramento da área da Santa Casa foi acompanhado por um processo intenso de ocupação irregular de suas terras. Enquanto o extremo norte da subprefeitura foi sendo ocupado por habitações precárias, a parte sul consolidou-se com habitações predominantemente horizontais voltadas para a classe média e alta.

A estação de metrô Tucuruvi, final da Linha 1-Azul, inaugurada em 1998, tem um significativo papel como facilitador da mobilidade na região, permitindo a circulação do Terminal de Ônibus localizado na estação até às bordas do Tremembé em pouco menos de uma hora. Constituiu um importante marco para a consolidação das ocupações da região ao longo dos anos 1990 e 2000.

É este território que, a partir de 2013, passou a ser reconfigurado em decorrência do início da implantação do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas. As desapropriações para realização das obras incidiram sobre o nó fundiário do extremo norte de São Paulo resultando não só em novas dinâmicas territoriais nos bairros, mas também em conflitos fundiários que contaram com a remoção das populações de assentamentos irregulares.

TERRITÓRIOS POPULARES

Desde maio de 2018 estão sendo realizadas incursões etnográficas em ocupações de moradia estabelecidas a partir de 2015 em terrenos no entorno das obras do Lote 4 do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas e em bairros próximos². Com base em informações obtidas nas visitas à campo, indicações de moradoras³ e por meio da comparação de imagens da região ao longo dos anos, disponíveis no Google Earth, foram identificadas, até o momento, 21 novas ocupações, a partir das quais pudemos estabelecer 2015 como marco preliminar do período que configura um ciclo de ocupações no Tremembé.

O trabalho de campo até então realizado tem suscitado inúmeras questões que revelam a complexidade dos processos de produção da cidade, particularmente em suas

² Todos os nomes aqui apresentados foram substituídos por pseudônimos com o objetivo de preservar a localização dos assentamentos e as identidades das pessoas que se dispuseram a ser interlocutoras durante a pesquisa.

³ Optamos por flexionar todos os substantivos no gênero feminino.

“margens”⁴. Trata-se de territórios produzidos, sobretudo, pela necessidade de morar de uma quantidade de pessoas cada vez maior e mais diversa, com trajetórias de vida que revelam um pouco sobre os circuitos de trabalho instáveis e precarizados, a presença do crime no ordenamento socioterritorial, sobreposta à presenças de partidos políticos e instituições religiosas, sobre o papel das mulheres nas lideranças das organizações comunitárias e o impacto das grandes obras de intervenção urbana sobre a vida destas populações.

Estes territórios configuram tecidos urbanos cuja complexidade se apresenta nas camadas sobrepostas entre loteamentos irregulares consolidados, criados ainda nas décadas de 1980 e 1990, com novas ocupações que se formam em terrenos vazios ou remanescentes da grande obra que têm transformado a região. Ocupações que contam dois, três, quatro anos, ou alguns poucos meses. Casas autoconstruídas, revelando os muitos anos de trabalho materializados ali, já na segunda ou terceira laje, ao lado de casas de madeirites ou pequenas construções de alvenaria ainda sendo levantadas.

O trabalho de campo qualitativo, o “pé no chão” nos territórios, emerge, assim, como um recurso indispensável para a investigação dos processos contemporâneos de produção da desigualdade socioterritorial nas cidades. A entrada no território foi facilitada pela rede do Observatório de Remoções⁵, por intermédio do contato com uma das lideranças da ocupação Jardim Milão. Em um terreno desapropriado pelo Estado, a área foi ocupada em agosto de 2016 por lideranças comunitárias representantes de quatro bairros do entorno. Da ocupação inicial, que contou com mais de duzentas e cinquenta famílias inscritas, foram delimitados cento e sessenta lotes e distribuídos entre as famílias organizadas pelas lideranças e “apoiadoras”.

Na fala de uma das lideranças, as chamadas apoiadoras seriam aquelas pessoas que, de alguma forma, contribuíram no momento inicial da ocupação e em seu estabelecimento: pessoas que auxiliaram nos momentos de negociação pela permanência das famílias e embates com a polícia ou com outros atores locais, seja através da disponibilização de uma advogada, seja por meio de transações mais nebulosas, envolvendo o pagamento do “arrego”⁶ ou a distribuição de lotes a policiais.

Quando se trata de negociações dessa ordem, envolvendo acordos instáveis e variáveis, não basta acionar uma ou outra estratégia. Como narrado por uma liderança, logo no segundo dia no terreno, policiais chegaram de modo truculento, entraram na ocupação, espancaram um dos ocupantes e levaram outros dois presos. Naquele dia, a presença de um advogado, indicado pela liderança de outra ocupação do entorno, foi fundamental. Já nos dias seguintes, para conter uma nova ameaça policial, algumas lideranças acionaram seu contato com dois sócios da empresa de transportes da região para fazer a intermediação com os

⁴ A ideia de *margens* aparece aqui no sentido empregado por Marcia Leite (2015), como uma categoria que marca as fronteiras sociais, espaciais e morais entre territórios. Ao utilizar essa categoria para falar sobre a construção das favelas no Rio de Janeiro, a autora chamou atenção para o processo de produção das favelas enquanto espaços urbanos às margens do Estado e da cidade, não no sentido de estar localizado fisicamente nas margens da cidade, mas socialmente; o que significa dizer que podem existir espaços urbanos construídos *às margens* da cidade, no coração de seus centros urbanos.

⁵ Projeto desenvolvido pelo LabCidade (FAU-USP) em parceria com LabJuta (UFABC), Lehab (UFC) e PRAXIS (UFMG), com apoio da Fundação Ford. Mais informações disponíveis em <http://www.labcidade.fau.usp.br/>. Acesso em nov. 2018.

⁶ Termo popular utilizado para explicar acordos financeiros ilegais estabelecidos com a polícia.

policiais. Como descrito pela liderança, os sócios da empresa possuem relações imbricadas com policiais que atuam na região, envolvendo o pagamento sistemático do “arrego” à agentes do distrito policial, a contratação de policiais fora do turno e outras trocas de favores envolvendo a circulação dos ônibus na área, o que os atribui uma significativa influência sobre esses policiais. Ademais, os dois sócios seriam pessoas conhecidas na região, tendo, inclusive, já apoiado outras ocupações na área.

Houve ainda outras figuras importantes no processo inicial de consolidação da ocupação, como um policial e alguns membros do Primeiro Comando da Capital, o PCC. A atuação dessas pessoas não foi narrada em detalhes, mas parece ter sido graças à essa constelação de apoiadores e estratégias, situados em uma área cinzenta onde legalidade e a ilegalidade confundem-se e se sobrepõem, que a ocupação conseguiu se estabelecer, resultando na atual distribuição de lotes. Desse modo, além das famílias indicadas pelas lideranças, possuem terrenos na ocupação os dois sócios da empresa de transportes, um policial militar e alguns membros do PCC.

Além da composição heterogênea, o Jardim Milão também chama atenção por sua organização territorial padronizada, com lotes medindo rigorosamente de 5 x 20 m e ruas com 10 m de largura. Conforme relato de uma das lideranças locais, teria havido, previamente à ocupação, a assessoria de um arquiteto e urbanista no planejamento do traçado das ruas, instalação de infraestrutura mínima - abastecimento de água, eletricidade e coleta de esgoto - e definição do número de lotes. Destaca-se, ainda, pela qualidade das construções - se ainda é possível notar alguns barracos de madeirites, eles rapidamente dão lugar às construções de alvenaria.

Fig 4 - Ocupação Jardim Milão. Créditos: imagem cedida por moradoras.

É comum surgir nas falas de moradoras a necessidade de se diferenciar de “favelas”, entendidas como formas de moradia mais desorganizadas e precárias. Trata-se de uma preocupação presente, por exemplo, na hora de instalar a fiação elétrica de modo ordenado ou na instrução às moradoras de como manter os materiais de construção dentro de seus lotes e as ruas limpas e liberadas.

Por outro lado, se há uma preocupação em se diferenciar das favelas, está sempre presente a reivindicação do status de “popular”, de “comunidade”, que se distancia, por sua vez, dos loteamentos regulares. A reafirmação do “popular”, tal como aparece nas falas de moradoras, funciona como um elemento estratégico na demanda pela regularização fundiária. Durante uma assembléia da associação, um dos coordenadores insistiu na necessidade de reafirmar a vinculação da ocupação à finalidade social: moradia popular. Assim, seria imperativa a presença constante de pessoas trabalhando nos lotes e o estabelecimento de fato das famílias para que consigam o apoio de parlamentares para realização de melhorias ou para que tenham sucesso no futuro processo de regularização fundiária. Atualmente, dentre os 163 lotes abertos até o momento, a ocupação conta com cerca de cinquenta lotes efetivamente ocupados. Para alguns coordenadores, isso

enfraqueceria o caráter “popular” da ocupação - afinal, as pessoas não ocuparam a terra para morar?

Este é um ponto especialmente importante para a compreensão do Jardim Milão. Em uma breve caminhada pelas ruas é possível notar a rapidez e a qualidade das obras, em alguns dos lotes, uma pequena equipe contratada trabalha na construção, em outras, são os responsáveis com o apoio de familiares e amigos. A finalidade das construções também é variável, enquanto alguns estão construindo sua própria moradia, outros estão levantando pontos comerciais ou casas para aluguel. Em pouco mais de dois anos de existência, o Jardim Milão apresenta uma significativa diversidade nas tipologias construtivas e de uso.

Na mesma direção, outro ponto de destaque relaciona-se a importância que a comercialização de lotes adquiriu na dinâmica da ocupação. Em conversas informais com moradoras, a estimativa geral compartilhada é de que ao menos metade dos lotes já teriam sido comercializados. Apesar de a venda ter sido vedada no primeiro ano de ocupação pelo estatuto da associação de moradores, ela sempre ocorreu sem nenhum tipo de constrangimento. O principal veículo de anúncio de venda dos lotes, segundo uma moradora, seriam postagens no Facebook em grupos específicos para compra de terrenos na Zona Norte. Tais transferências são de responsabilidade das ocupantes, à associação cabe registrar a mudança do responsável pelo lote nos cadastros da associação, especialmente para a cobrança das taxas que financiam o cotidiano e os investimentos em melhorias, como a instalação de rede elétrica, sistema de esgoto ou o melhoramento das ruas.

Do outro lado do Rodoanel, em um terreno quase em frente o Jardim Milão, as condições de moradia são muito diferentes. O trecho que separa as duas ocupações foi realizado por meio da desapropriação de parcela de um loteamento irregular dos anos 1990 consolidado. No primeiro semestre de 2018, uma pequena área remanescente da desapropriação pelo Rodoanel foi ocupada por cerca de quarenta famílias, dando origem a ocupação Duas Irmãs.

Diferente do Jardim Milão, essa ocupação foi agenciada por uma única liderança, muito conhecida na região. Jesus é um homem de meia-idade, que conta, em sua trajetória de vida, com formação política junto à Frente de Luta por Moradia (FLM), movimento de moradia de São Paulo muito atuante no centro da capital. Agitado e com gosto por contar suas histórias, ele relata como conseguiu se livrar do vício no crack com a ajuda de sua atual esposa, mãe de oito de seus catorze filhos, e de um grupo de uma igreja evangélica atuante na área central de São Paulo.

Por desacordos com a coordenação do movimento, decidiu se mudar há cinco anos para a Zona Norte e, desde então, afirma se dedicar exclusivamente à organização de ocupações para famílias que necessitam de moradia. Jesus afirma já ter organizado cinquenta e nove ocupações ao longo de sua vida, espalhadas por todo estado de São Paulo. Dessas, conta que em torno de trinta conseguiram se estabelecer. Das vinte e uma novas ocupações mapeadas pela equipe, ele declara ser o responsável por, ao menos, quatro. Não à toa, seu nome foi muito escutado em todos os territórios visitados, seja por pessoas que admiram sua coragem nos momentos de enfrentamento com agentes do Estado, como na realização de ocupações ou no acompanhamento de remoções, seja por aquelas pessoas que o acusam de

extorquir as famílias das ocupações que organiza. São muitas as histórias envolvendo o seu nome.

A Duas Irmãs é uma dessas ocupações. Está entre as mais recentes, com pouco mais de quarenta barracos distribuídos em duas pequenas porções de terra, separadas por uma rua. Se o Jardim Milão é característico por sua extrema organização, Duas Irmãs se configura como uma ocupação desordenada e mais precária, conforme o imaginário de “favela”, antes mencionado, evocado por moradoras. Em meio a desorganização, no entanto, é possível identificar um aspecto muito particular desta ocupação: as estruturas viárias implementadas pelas obras do Rodoanel são incorporada como parte dos barracos e dos espaços de circulação. Algumas casas apoiam o madeirite sobre o próprio muro que divide a rua com o Rodoanel, vigas que compõem o muro pré fabricado são retiradas dos apoios e postas sobre os canais de drenagem para consolidar uma passagem segura e, ainda, o espaço que se forma pelas vigas retiradas é utilizado como porta pelos barracos apoiados no muro. Em meio ao cinza fosco do concreto pré moldado e o marrom claro do madeirite, forma-se uma paisagem simbiótica entre a grande obra estatal e os novos moradores do bairro.



Fig. 5 - Foto de barraco construído no muro do Rodoanel. Créditos: Acervo das autoras, 2018.

As famílias possuem trajetórias muito distintas, mas boa parte delas compartilha das dificuldades em arcar com os custos de aluguel. Helena é uma delas. Conta como foi despejada depois que sua filha foi presa por envolvimento com o tráfico de drogas: sem conseguir pagar o aluguel, Helena foi colocada para fora de casa, junto com suas duas netas pequenas, que ficaram sob sua responsabilidade. Sem ter onde morar, ficou sabendo da ocupação por conhecidas e ali foi acolhida.

Sua história é diferente da que conta Paulo, um senhor de 71 anos de idade, com uma trajetória de vida marcada por constantes e múltiplos deslocamentos - em suas contas, já morou em quarenta e seis casas diferentes, em todas as regiões da cidade. Trabalhando como

camelô de “segunda à segunda”, vendendo ursinhos de pelúcia pela cidade, percebe o aumento do custo de vida como um fenômeno generalizado. Chegou na Duas Irmãs por não conseguir mais pagar o aluguel de sua casa anterior. Agora, auxilia na organização da ocupação.

São muitos os caminhos que levam as famílias às ocupações organizadas por Jesus. Um deles acontece quando ele próprio sai de carro pelas ruas da cidade oferecendo moradia para famílias em situação de rua. Jesus explica que as famílias devem assinar um “livro de pontos” para registrar a presença na ocupação. Quando alguma delas se ausenta, perde o direito à moradia e a sua casa é cedida a outras pessoas. Em algumas ocupações, existe uma lista de espera.

Apesar de não ter deixado claro como são tomadas essas decisões, qual a medida de participação das famílias ou de que modo as ocupações agenciadas por ele são organizadas, Jesus afirma ter constituído um movimento social na zona norte, o Movimento Moradia e Emprego Zona Norte, MME-ZN, composto por ele e por coordenadoras divididas entre as diferentes ocupações. No entanto, mesmo reconhecendo a existência do movimento, a grande maioria das pessoas da região referem-se às esses lugares como as “ocupações do Jesus”.

No trabalho de campo realizado até aqui, o MME-ZN foi a única referência à movimento social mencionado nos territórios visitados. A ausência de movimentos de moradia organizados, tradicionalmente atuantes na região metropolitana de São Paulo, é um elemento importante para a compreensão das dinâmicas urbanas nos territórios estudados, nas quais outros atores exercem e disputam a influência sobre os territórios populares.

Se, por um lado, não há a presença dos movimentos de moradia organizados tradicionais, por outro lado, seu repertório está presente nas falas dos diferentes atores, enunciado por meio da reivindicação da garantia ao “direito à moradia”, do “popular” como forma de caracterizar as ocupações ou mesmo nas falas que apontam as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadores no acesso à moradia por meio do mercado formal.

Trata-se de um tecido associativo heterogêneo, composto por uma diversidade de atores que ora concorrem, ora se associam, conformando de maneiras particulares a organização e o ordenamento social de cada uma das ocupações visitadas. São líderes de bairro, policiais, membros do PCC e empresários da região, mas também é possível observar a presença de membros de diferentes igrejas, em sua maioria evangélicas, e figuras políticas de partidos distintos que circulam entre os territórios e exercem algum tipo de influência sobre eles.

Deslocamentos como condição

Rei saiu de Pernambuco há 22 anos, deixou seu trabalho em uma usina de açúcar e migrou para São Paulo com mulher e quatro filhos pequenos. Depois de três anos no interior

do Estado, mudou-se para a capital e se instalou com sua família em uma favela na zona norte, com a ajuda de sua cunhada. Rei lembra das muitas dificuldades que enfrentaram nesse período, quando podiam sentir o barraco de madeirite se movendo em dias de chuva, sendo empurrado pela água que descia morro abaixo - em um desses dias, ele literalmente desabou sobre suas cabeças.

Os primeiros anos na capital também são lembrados pela violência e matança na favela, segundo Rei, no período anterior ao crescimento do PCC. Recorda-se de serem dois ou três mortos por semana em sua rua, especialmente aos finais de semana. Por outro lado, esse também é lembrado como o período em que conseguiu um emprego em uma fábrica de peças de carro, local onde trabalhou por oito anos, sem férias, e que o permitiu comprar o terreno onde mora há 10 anos, no bairro em frente ao Jardim Milão. Hoje, possui um imóvel de quatro andares, composto por casas independentes, onde dividem-se familiares e inquilinas. Quando alguma de suas casas está alugada, recebe em torno de R\$ 600 a R\$ 800.

Sentado em seu bar no Jardim Milão, ele lembra das circunstâncias que o levaram a participar da ocupação, em um período que coincidiu com seu afastamento do trabalho. Há alguns anos, Rei abriu sua própria empresa de instalação de proteção em janelas, mas uma crise de diabetes o obrigou a se afastar, deixando a empresa sob responsabilidade de seu filho mais velho. No dia da ocupação do terreno, Rei estava em frente a sua casa, quando ele e um vizinho perceberam a movimentação e decidiram ir investigar do que se tratava, lembra que naquele mesmo dia se somou ao grupo. Subiu seu barraco e passou a ajudar nas tarefas coletivas, já naquele momento inicial improvisou em seu lote um bar-mercearia, de onde retornava para sua casa todos os dias a noite, como faz até hoje.

Outros dois lotes pertencem à família de Rei, um de seu filho, onde ele está montando uma oficina, e o outro do genro, que ainda não tem projeto para o terreno. Nenhum deles tem planos de ir morar na ocupação.

Além da casa e do bar, Rei possui um terreno em Guarulhos, regularizado e em área formal, à venda há meses. Ele se diverte ao comentar que é mais difícil vender um terreno “com documento” do que um lote em assentamento irregular. Já recebeu duas propostas por seu bar na ocupação, no valor de R\$ 60 mil, mas não tem a intenção de vender, ao contrário, seu plano é construir mais duas casas nos fundos para aluguel. Rei explica sua decisão: “o único investimento que não desvaloriza é a terra, pelo contrário, ela só multiplica de valor”.

A história de Rei⁷, dentre tantas outras que poderiam ser relatadas aqui, revela um pouco de como se constituem os diversos circuitos de moradia para aquelas que precisam acessá-la fora dos mercados formais: são diferentes formas de morar e de acessar a moradia,

⁷ A construção de trajetórias de vida, nos termos trabalhados por Telles (2006), parte do reconhecimento sobre a importância da reconstituição de trajetórias individuais e familiares como modo de compreender as configurações urbanas atuais. Entendendo os indivíduos não como uma entidade abstrata, mas enquanto sujeitos situados no tempo e no espaço, inscritos em redes de relações de filiação e de “alianças”, o trabalho de reconstituição de trajetórias urbanas busca articular (i) itinerários/experiências habitacionais e os deslocamentos espaciais aos (ii) itinerários/experiências de trabalho, com (iii) os percursos e inflexões da mobilidade social. Nessas articulações encontram-se as relações entre os tempos biográficos (individual e familiar) e o tempo histórico-social, o que significa demarcar os acontecimentos históricos que marcam os momentos de inflexões das trajetórias.

como a casa na favela, a compra do terreno no loteamento irregular ou por meio da ocupação de terra e imóveis vazios.

Ainda, a trajetória de Rei é a história do migrante de sucesso, de quem conseguiu um bom trabalho e conquistou o sonho da casa própria - como ele se orgulha em dizer, nunca pagou um dia de aluguel em São Paulo. Agora, como outras moradoras do Jardim Milão, participa da ocupação como uma forma de garantir um complemento na renda, ilustrando a diversidade que envolve a emergência de assentamentos populares.

Entretanto, nem sempre as ocupações funcionam como uma solução de moradia permanente. Ao contrário, frequentes remoções promovidas pelo poder público ou por proprietário privado acabam colocando centenas de famílias, novamente, em movimento. Foi esse o caso das duzentas e cinquenta famílias removidas em julho de 2018, por meio de uma ação de reintegração de posse.

Há poucos quilômetros do entroncamento da Rodovia Fernão Dias com as obras do Rodoanel, em meio aos loteamentos consolidados originados nas décadas de 1970 e 1980, os pequenos pedaços de terra até então desocupados começaram a dar lugar a pequenas casas de madeirites e outras poucas de alvenaria, que constituíam as ocupações Primavera, Broto de Feijão e Lírio do Campo, localizadas no Jardim Bela Rosa, distrito de Tremembé.

As três ocupações estavam em área particular, de um mesmo proprietário que reivindica a posse da totalidade da área do Jardim Bela Rosa. Duas das ocupações, no entanto, estavam em área demarcada como Zona de Especial Interesse Social (ZEIS). Público e privado, urbano e rural, posse e propriedade se confundem em um complexo nó fundiário do loteamento Jardim Bela Rosa — ou Chácara Santo Amaro, como prefere chamar o suposto titular de todo o bairro de mais de 400 mil metros quadrados. O proprietário responde por mais de 300 ações judiciais envolvendo esta e outras áreas situadas na Zona Sul de São Paulo: dezenas de reivindicações de usucapião, centenas de execuções fiscais por não pagamento de IPTU e de taxa de lixo, duas ações civis públicas que envolvem discussões sociais e ambientais, além de estar envolvidos em duas desapropriações — da CDHU e do Metrô — que envolvem mais de 14 milhões de reais em indenizações.

Apesar de terem em comum a localização em áreas de um mesmo proprietário, as ocupações diferiam muito uma das outras. Das quarenta famílias que moravam na ocupação Primavera, grande parte adquiriu seu lote por meio da compra de terceiras, algumas pessoas guardavam seus recibos de pagamentos, que de nada serviram para evitar a demolição das casas. Já a Broto de Feijão, com sessenta e quatro famílias, foi organizada por frequentadoras de três igrejas evangélicas da região, segundo uma de suas lideranças, a ação foi motivada em decorrência do número de famílias crescentes perdendo seus empregos e com dificuldades em arcar com os custos do aluguel. Na Lírio do Campo, a maior entre elas, com mais de cem famílias, a ocupação foi organizada por uma conhecida liderança da área, segundo relato de pessoas moradoras e vizinhas, algumas famílias teriam pago por seus lotes, outras não.

Em comum, grande parte das histórias falam sobre a fuga do aluguel e a instabilidade nas trajetórias de trabalho. Depois da remoção, de acordo com o relato de algumas lideranças das ocupações, a maior parte das famílias manteve-se nos bairros do entorno, em casas de

parentes, na garagem da igreja, de volta ao aluguel ou estabelecendo-se em outras ocupações, reproduzindo o quadro de instabilidade e insegurança habitacional que marca a trajetória de milhares de famílias que circulam pela região metropolitana de São Paulo.

A cena trazida aqui, dentre outras que poderiam ser narradas, exemplifica a situação de constante deslocamento que marca esta e outras determinadas porções do território da metrópole. Rolnik (2015) descreve esta situação como sendo uma condição de “transitoriedade permanente” (ROLNIK, 2015, p.174) expressa na vida daqueles que habitam territórios sobre os quais uma “zona de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado” (Ibidem) as transformam em áreas de reserva de mercado, podendo ser liberadas no “momento certo” (Ibidem).

Regimes de controle territorial

O aprofundamento da compreensão sobre a configuração socioterritorial passa pela análise dos modos de atuação de diferentes agentes que conformam “regimes de controle territorial” (Mendoza, 2018) operando nos territórios populares. Essa categoria é discutida no trabalho da autora mexicana que, buscando construir uma leitura sobre os regimes de controle territorial exercidos por cartéis e outros grupos atuantes nos vários ramos do mercado ilegal no México, entende que não basta ter um mapa da distribuição geográfica desses grupos, mas que seria necessário explorar como se dá, na prática, o controle e a administração dos territórios. Ou seja, trata-se de investigar como se define e se delimitam os territórios de controle, qual sua relação com a acumulação de valor e, sobretudo, como se articulam os regimes territoriais estatais, privados e “delinquentes” sob o neoliberalismo (Mendoza, 2018, p. 32).

A utilização da categoria proposta pela autora permite a construção de uma leitura mais geral e complexificada dos modos de atuação dos diferentes atores no território observado - sobretudo dos agentes do Estado, atuando ora como polícia, ora como milícia, e dos membros do Primeiro Comando da Capital - e seus impactos sobre as dinâmicas socioterritoriais da região. A hipótese que será discutida neste trabalho é de que se trata de regimes de controle territorial que concorrem e se sobrepõem, contribuindo para a conformação de um determinado ordenamento socioterritorial que, por sua vez, reflete, em seu cotidiano, as características e particularidades desses regimes de controle.

As diferentes dimensões da atuação do Estado e seus impactos sobre as dinâmicas nos territórios populares emergiram durante o trabalho de campo como um dos eixos de investigação a ser explorado. Se o senso comum constantemente denuncia a ausência do Estado na construção e consolidação desses territórios, a apresentação e análise das nossas observações empíricas se darão no sentido de qualificar a atuação do Estado a partir não só das ausências mas também das presenças do aparato estatal, particularmente focalizando seus atores e agentes.

A presença do Estado realiza-se em diferentes dimensões e pode ser observada a partir de múltiplas escalas. A obra do Rodoanel que corta a Zona Norte, por exemplo, tem escala regional, com impactos de grande magnitude na escala urbana. Dentre as consequências socioterritoriais identificadas na implantação do Lote 4 do Trecho Norte do Rodoanel, nos interessa especialmente compreender as dinâmicas que levaram ao surgimento das ocupações de moradia no seu entorno, algumas delas nos terrenos remanescentes das desapropriações realizadas.

Uma outra escala da atuação do Estado pode ser analisada a partir dos agenciamentos, por vezes informais, que ocorrem na ponta, no nível da rua (LOTTA, 2012) por diferentes agentes estatais - policiais, técnicas da DERSA, oficiais de justiça, juízas, dentre outras. Neste sentido, a negociação realizada pela associação de moradores do Jardim Milão com a equipe de Saúde da Família, com o objetivo de facilitar o atendimento das famílias que moram na ocupação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pode ser vista como um caso ilustrativo da presença institucional do Estado.

De forma similar, a atuação de conselheiras tutelares, cuja presença nas ocupações é constante e das mais significativas, figura como outro indicativo da inserção do Estado nesses territórios. Em alguns lugares, o papel das conselheiras tutelares, que por vezes moram nas ocupações, extrapola suas funções institucionais de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, participando do próprio cotidiano das ocupações e exercendo, inclusive, um papel de liderança na área. O papel de mediação das conselheiras ganha evidência em situações de conflitos entre a população e o Estado, como, por exemplo, no cumprimento da reintegração de posse das áreas de três ocupações no Jardim Bela Rosa.

Em um episódio como esse, a atuação do Estado é evidente, mas também pontual. Todo um aparato envolvendo polícia militar, corpo de bombeiros, ambulâncias, oficiais de justiça e defensoria pública é mobilizado de modo a viabilizar a ação de reintegração de posse e o seu cumprimento, ou seja, a retirada de famílias de uma propriedade particular.

No caso das reintegrações acompanhadas pela equipe de pesquisa no Jardim Bela Rosa, representativo de como as reintegrações de posse ocorrem em São Paulo e no Brasil urbano de forma geral, aos policiais militares coube a manutenção da ordem, garantindo que a ação se desenvolvesse sem incidentes. As viaturas e as policiais se dispuseram de forma a cercar os terrenos e tentaram conter as pessoas que se exaltaram ao longo dia. Por vezes, também fizeram a intermediação entre as famílias e os oficiais de justiça, que, na maior parte do tempo, mantinham-se mais distantes da área. Na ocasião, as famílias conseguiram contatar uma vereadora para apoiá-las nas negociações que, junto às conselheiras tutelares, cumpriu um papel importante para a manutenção do diálogo.

No entanto, se a presença do braço estatal que viabilizou a ação era incontestável, a ausência de agentes que respondessem com alguma solução habitacional para as famílias que estavam sendo removidas foi muito sentida. Inúmeras moradoras apontaram a ausência da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) ao longo de todo processo. Segundo elas, não teria sido sequer realizado um cadastramento das famílias. Em uma ação que resultou na remoção de duzentas e cinquenta famílias, a inexistência de uma solução habitacional contribuiu para o cenário de reprodução da precariedade na região. Em conversas com lideranças das três

ocupações removidas, foi possível mapear o destino de parte das famílias que perderam suas casas. Muitas delas se estabeleceram em outras ocupações da região, até 2 quilômetros de onde foram removidos, ou em situações provisórias na casa de parentes ou de membros de igrejas.

Outro ponto muito levantado pelas moradoras sobre a ação de reintegração dizia respeito às nebulosas e violentas formas de atuação de policiais do Distrito Policial responsável pela região. Muitas interlocutoras relataram a relação estreita entre os policiais militares e a família de Ana Célia, proprietária dos terrenos envolvidos na reintegração de posse. Durante os dois dias da ação, foi possível observar viaturas da PM estacionadas no interior da chácara da proprietária, além disso, um dos motoristas dos tratores que derrubavam as casas - um morador do Jardim Milão - confirmou que os policiais estavam almoçando na chácara, junto aos demais funcionários da família. Ao mesmo tempo, a poucos metros de onde as casas eram derrubadas, era possível notar um grupo de homens, aparentando serem policiais militares a paisana, acompanhando toda a ação. Mais tarde, eles seriam apontados como um grupo de “capangas” a serviço da Ana Célia.

Assim que a demolição foi finalizada e a área liberada, um grupo de jovens uniformizados posicionou-se em frente aos terrenos, de modo a impedir a entrada de qualquer pessoa que não fosse autorizada pela proprietária. Perguntados sobre o responsável pela empresa, os jovens, aparentando ter entre 20 e 30 anos, confirmaram que estavam à serviço de uma empresa de segurança privada, controlada por um policial de nome Alex. No total, estavam em 120 funcionários contratados para ficarem se revezando ao longo dos dias, fazendo a segurança dos terrenos.

Alex foi um nome muito escutado durante os dois dias, algumas moradoras relataram que se trata de um policial militar que trabalha para Ana Célia prestando serviços de segurança. Elas chegaram a confrontar os oficiais de justiça e o major da PM responsável pela operação, afirmando que teria sido Alex, inclusive, quem teria acompanhado o perito responsável por demarcar a área que delimita a propriedade de Ana Célia, logo, demarcando as casas a serem derrubadas.

O limite da propriedade foi o principal ponto de disputa durante a ação, com as famílias denunciando que uma área maior do que a da propriedade de Ana Célia estava sendo reintegrada. Como resultado do conflito, uma decisão judicial, emitida às 15h30 do segundo dia da ação, suspendeu por completo a reintegração de posse de toda a área. No entanto, apenas dezesseis casas restaram em pé naquele momento.

Alguns dias depois, uma das moradoras que conseguiu permanecer relatou as ameaças e violações que vinha sofrendo de Alex e seus “capangas”, que tentavam expulsá-la de casa. Em um vídeo gravado pelo celular, ela mostrava o dia em que alguns homens, sem nenhum uniforme ou identificação, chegaram anunciando que iriam cumprir uma nova decisão judicial, que obrigaria as famílias a deixarem as casas. No vídeo, é possível observar os homens invadindo as casas e retirando os móveis à força, colocando na rua, enquanto ameaçavam a pessoa que fazia a gravação.

Depois de muito barulho, foram todas parar na delegacia. A polícia militar teria sido chamada, mas, tal como relatado por elas, o distrito policial que atende a região atuaria a favor da proprietária, desse modo, os policiais militares que atenderam a ocorrência eram conhecidos daqueles que invadiam as casas. Ao chegarem na DP, o delegado teria minimizado a situação e se negado a lavrar o boletim de ocorrência - como explicado por uma das lideranças, todas as vezes que elas querem registrar queixa contra Ana Célia ou algum de seus funcionários, precisam ir à outro distrito policial.

Por se tratar de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, as reflexões apresentadas aqui possuem caráter preliminar, mas que já apontam para um cenário atravessado por relações escusas e conflituosas entre agentes do Estado, notadamente através de suas forças policiais, proprietários de terra e uma população que transita entre circuitos de moradia precários e provisórios. A atuação dos agentes policiais, em especial, merece maior atenção por se localizar em uma fronteira porosa no qual a segurança pública é sobreposta por interesses privados, onde o agente público utiliza-se de sua posição como “representante da ordem” para impor uma outra, por meio da força e de ameaças. Essa ordem é imposta dentro de limites territoriais estabelecidos, mesmo que não estejam encerrados em fronteiras fixas e bem determinadas, e encontra-se em constante disputa e negociação.

Os relatos trazidos aqui chamam atenção para esta outra face da presença do Estado, que pode ser percebida no cotidiano, nas negociações que operam no entrecruzamento do formal e informal, por meio da atuação discricionária de agentes estatais, atuando e negociando mediante a aplicação discricionária de seu poder de ordenamento, constituindo, nos termos de Mendoza (2018), um dos regimes de controle territoriais que conformam esses territórios.

De outro lado, há a presença, e influência, do Primeiro Comando da Capital sobre esses mesmos territórios. Não é objetivo desta pesquisa a investigação sobre os modos de organização e atuação da facção, mas entender sua influência sobre as dinâmicas que conformam os territórios populares emerge como um elemento incontornável a partir do trabalho de campo.

Durante as conversas com moradoras, em diferentes ocupações, a menção ao PCC ou aos “irmãos” é uma constante, quase sempre apontada como a principal instância de mediação de conflito nestes territórios. A interferência de membros do PCC é feita em conflitos de diferentes tipos e níveis. Assim, uma briga de bar que sai do controle e acaba com alguém ferido é motivo para uma conversa com os “irmãos”, afinal, “ninguém pode tirar sangue de ninguém nas quebradas, só o PCC”.

Também são justificativas para “debates” divergências mais complexas. Há alguns meses, no Jardim Milão, a parte baixa da ocupação, por onde passa um córrego, foi aterrada e loteada, entre 15 e 20 novos lotes foram delimitados. Duas lideranças da ocupação reivindicaram a posse dos lotes e passaram a comercializá-los. Nove deles foram vendidos para o loteador que divide o muro com o Jardim Milão, um loteamento formal onde os terrenos custam em torno de R\$ 70 mil. Inicialmente, os lotes dessa área seriam destinados às famílias que estão na laje ou na fila de espera, mas pelo peso que essas lideranças detêm entre os moradores, teria sido acordado que os lotes seriam deles.

Ainda não foi possível descobrir quem chamou o PCC para fazer a mediação neste caso, mas, segundo uma das moradoras, em um determinado dia chegaram vários “irmãos” convocando todas as moradoras para uma reunião. Na ocasião, foram feitas perguntas sobre a avaliação das pessoas sobre a associação de moradores, sua atuação e se gostariam que ela fosse substituída. Em seguida, passaram a ouvir as diferentes versões sobre o caso que estava sendo debatido, em que os “irmãos” não concordaram com essa distribuição dos novos lotes entre as lideranças, mas o “julgamento” ainda não havia sido encerrado.

A importância do Comando no ordenamento social destes territórios pode ser entendida nas palavras de Gabriel Feltran:

“A expansão do mundo do crime nas periferias da cidade, na era PCC, se inscreve nessa disputa de legitimidade social, e não apenas no aumento das ações criminais. O que está em jogo nessa expansão é que o mundo do crime, antes visto por todos como o oposto diametral do trabalhador, pouco a pouco passa a concorrer como ator e instância de poder e ordenamento social nas periferias da cidade” (FELTRAN, 2018, p.163).

Indo na mesma direção apontada por Mendoza, Feltran (2018) afirma que o Comando não se configura como um poder paralelo, uma vez que não interfere no poder estatal. O que estaria ocorrendo nos territórios populares e presídios sob a influência do PCC é uma “conformação de regimes de poder” (Ibidem, p.183), regimes normativos que atuam concomitantemente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo e as leituras preliminares apresentadas aqui indicam a complexidade de territórios populares que se reproduzem nas margens da metrópole paulista contemporânea, destacando a diversidade dos processos e atores que os constituem. São ocupações de moradia compostas por diferentes formas urbanas e tecidos associativos heterogêneos, transpassados por regimes de controle territorial - com agentes do Estado atuando nas fronteiras da legalidade, ora como polícia, ora como milícia, ao lado de agentes do crime - que concorrem e se sobrepõem, constituindo, assim, um ordenamento socioterritorial em constante transformação e disputa.

Se os movimentos de moradia organizados estão ausentes dos territórios pesquisados, seu repertório é mobilizado de formas diversas pelas lideranças comunitárias de modo a legitimar sua reivindicação pela terra e pela moradia. Simultaneamente, partidos políticos e instituições religiosas disputam influências sobre alguns destes territórios, em geral, por meio de apoios pontuais e assistencialistas, como a disponibilização de advogadas, o fornecimento de cesta básica e a própria presença como agente intermediador nos momentos de conflito, como em casos de reintegração de posse.

Nesse contexto, a transitoriedade permanente emerge como um importante elemento resultante e constituinte desses processos de produção territorial, marcando territórios e trajetórias de vida.

A complexidade das questões suscitadas pelo trabalho de campo indica a necessidade de aprofundamento da compreensão desses processos e de como eles resultam na reprodução da desigualdade socioterritorial na metrópole paulista. O esforço expresso nesse artigo foi de produzir algumas leituras sobre essas questões, identificando os eixos de investigação que precisam ser desenvolvidos ao longo da pesquisa, ainda em curso.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil, ROLNIK, Raquel. *Periferias: Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. FAUUSP/PRODEUR: São Paulo, 1979.

FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed, 2018.

KOWARICK, L. 1979. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra.

LEITE, Márcia. “De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de “pacificação””. In: Birman, Patrícia; Leite, Márcia Pereira; Machado, Carly; Carneiro, Sandra de Sá (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV Editora, v. 1, 2015.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). *Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática*. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTIM, Isabel; SANTORO, Paula Freire; MENDONÇA, Pedro; ROLNIK, Raquel. São Paulo e os Territórios do Complexo Imobiliário-Financeiro. In: ROLNIK, R.; SANTORO, P.F.; MORADO, D.; MEDEIROS, D.; RENA, N.; PEQUENO, L. R. B. (orgs.). *Cidade Estado capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo*. São Paulo: LabCidade FAUUSP, 2018, p. 206-221.

MARTINS, Lyzzandra. *Conhecendo a subprefeitura de Jaçanã/Tremembé*. Monografia apresentada ao programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo: Planejamento e gestão urbana. FAUUSP, 2016.

MENDOZA, Natália. “La privatización de la ilegalidad”. In: MONTOYA, Fernando. _____. *Nexos, Sociedad, Ciencia y Literatura*. Cuahémoc, México, 2018.

PEREIRA, Isabel Martin; MENDONÇA, Pedro Henrique Rezende. *Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo*.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Editora Boitempo, 1ª ed, 2015.

ROLNIK, Raquel; LEITÃO, Karina; COMARU, Francisco; LINS, Regina (orgs.). Observatório de Remoções 2015-2017: Relatório final de projeto. São Paulo: FAUUSP, 2017. Disponível em: http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2017/12/1707OR_publicacaofinal_revDigital_menor.pdf. Acesso em nov. 2018.

SANTORO, Paula Freire; ROLNIK, Raquel. Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo. **Cadernos MetrÓpole**, v. 19, n. 39, 2017.

SILVA, Lucia. *Proteção ambiental e expansão urbana: a ocupação ao sul do Parque Estadual da Cantareira*. Dissertação de mestrado em ciência ambiental da USP. São Paulo, 2004.

TELLES, Vera. "Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade". In: TELLES, V, CABANES, R (orgs). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Ed. Humanitas, 2006.